

LABORATORIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
EM GESTÃO EM SAÚDE  
ESCOLA POLITECNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Camila Carvalho Rodrigues dos Santos

**A Previdência Social e o movimento Sindical entre os anos  
de 1920 e 1945 no Brasil**

Rio de Janeiro

2012

Camila Carvalho Rodrigues dos Santos

## **A Previdência Social e o movimento Sindical entre os anos de 1920 e 1945 no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Gerência de Saúde.

**Orientador:** Valéria Cristina Gomes de Castro

**Co-orientador:** André Vianna Dantas

Camila Carvalho Rodrigues dos Santos

A PREVIDENCIA SOCIAL E O MOVIMENTO SINSICAL ENTRE OS  
ANOS DE 1920 E 1945 NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentada à Escola Politécnica de Saúde  
Joaquim Venâncio como requisito parcial para  
aprovação no curso técnico de nível médio em  
saúde com habilitação em Gerência de Saúde.

Aprovado em : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

(Nome do componente da Banca Examinadora - Instituição a que pertence)

---

(Nome do componente da Banca Examinadora - Instituição a que pertence)

---

(Nome do componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence)

[Digite texto]

*Dedico este trabalho  
à minha mãe Sarita, minha irmã Monalisa,  
minha avó Marinalva e meus tios*

[Digite texto]

## AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar eu agradeço ao Ser, que entre os homens possui vários nomes como: Deus, Zeus, Monã, Tupã, Olodumaré, Brahma etc, por ter me dado força, calma e paz de espírito na elaboração e finalização desse trabalho.

Agradeço a minha família, primeiramente por existir, por sempre me incentivarem em tudo o que eu faço por me ensinarem valores morais e me mostrarem que o riso e a alegria são sempre a melhor saída.

Aos meus amigos: Rosilaine Lima Felix, Raquel Machado, Mariana Araujo e Eduardo Araujo aos quais eu sempre digo que são a família que eu tive a oportunidade de escolher.

Agradeço também aos meus orientadores Valeria Castro e André Dantas que estavam sempre dispostos a me ajudar, esclarecer as minhas dúvidas e por saberem ter grande paciência comigo, mesmo com os meus atrasos na elaboração desse trabalho. Esta monografia também é deles.

Por fim, agradeço a escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, que mesmo com a constante relação de amor e ódio e sua jornada diária de nove horas, me ensinou a valorizar os pequenos momentos, me mostrou que a vida e a realidade são muito mais do que eu pensava saber, através do seu sistema de educação diferenciado, me apresentou a tantas pessoas queridas que irão fazer muita falta, que me arrancou longas gargalhadas e sinceras lágrimas.

*“Há homens que lutam um dia, e são bons; há  
homens que lutam por um ano, e são  
melhores; há homens que lutam por vários  
anos, e são muito bons; há outros que lutam  
durante toda a vida, esses são  
imprescindíveis.”*

(Bertold Brecht)

## Resumo

Este estudo visa analisar a medicina previdenciária entre os anos de 1920 e 1945 e a atuação do movimento sindical nesse período. Entendemos que, devido a sua importância histórica, a revisão desse tema, ressalta a importância da força do movimento sindical na construção do modelo de atenção a saúde existente hoje no Brasil. Enfocamos a distinção que se fazia na época, entre os grupos de indivíduos amparados por serviços médicos, e os que permaneciam totalmente desprovidos de qualquer tipo de assistência, quando muito, tendo somente o auxílio de casas filantrópicas, curandeiros ou parteiras. A diferença entre quem era considerado cidadão, e conseqüentemente com direito a assistência médica, e os outros, era a vinculação a um trabalho formal, regulamentação.

Assim, pretendemos realizar nesse estudo uma análise da organização sindical no período citado, discutindo a participação dos trabalhadores tanto no acesso aos serviços de saúde, quanto na gestão da previdência. Como conclusão, desenvolveremos uma análise comparativa entre as formas de prestação de serviços de saúde no espaço temporal citados, com a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) pela lei Elói Chaves, e a transição aos Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs) implementado pelo Estado e a contribuição financeiros à previdência social. e algumas mudanças acarretadas ao sistema com essa transição.

Para tanto, realizaremos um levantamento da bibliografia existente sobre o tema, buscando sintetizar algumas informações que contribuam para compreensão das contradições e mudanças ocorridas na história da saúde no Brasil

**Palavras Chaves:** Previdência Social/Movimento sindical/Cidadania

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
Capitulo I :1920 a égide do movimento sindical e .....	11.
o Surgimento da previdência social.	
Capitulo II :Instaura a revolução de 1930 e .....	22
o Estado Novo, e agora José?	
Capitulo III: Analisando 1920 e 1930.....	35
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA.....	36

## 1 INTRODUÇÃO:

Este projeto visa analisar alguns aspectos da medicina previdenciária entre os anos de 1920 a 1945, enfocando as características e contradições em um contexto de intensa atuação do movimento operário nas ações do Estado. Destacando a participação dos trabalhadores na gestão da previdência social e conseqüentemente na assistência a saúde. Para tanto, desenvolveremos esse projeto em três etapas:

No primeiro capítulo, discutiremos a organização do movimento sindical no início do século XX, o qual exerceu uma significativa pressão sobre o Estado, o que segundo alguns autores, colaboraram para a mudança de postura *laissez-faire*<sup>1</sup> adotada pelo governo e discutiremos o surgimento do modelo previdenciário no Brasil durante a década de 1920.

Em um segundo momento, tendo como referencia o surgimento e apogeu do período Getulista, entre os anos de 1930 a 1945, discutiremos as características e mudanças ocorridas no campo sindical e previdenciário, bem como, a nova forma de repressão aos movimentos dos trabalhadores. Buscaremos assim, realizar uma reflexão crítica sobre a concepção de cidadania existente naquela época, em relação à forma de acesso e abrangência dos serviços de saúde existentes.

Por fim, concluiremos com uma abordagem comparativa entre esses dois períodos, analisando as mudanças relativas à organização da previdência social e a participação da sociedade na gestão dos serviços de saúde.

Desta forma, objetivamos nesse estudo desenvolver uma análise sobre a medicina previdenciária e o movimento sindical durante o seu surgimento até os dois períodos do Governo de Getúlio Vargas, e as mudanças observadas em relação à assistência à saúde, buscando desenvolver questões relativas à participação dos trabalhadores na organização das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) e nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), analisando a importância do movimento sindical para a consolidação do direito a saúde da população. Para tanto, realizaremos uma revisão da literatura e de alguns a fim de sistematizar informações relevantes sobre o período estudado.

---

<sup>1</sup> Expressão francesa que significa “deixar fazer”, surgiu no século XVIII, durante o Iluminismo a partir de Montesquieu. Tal expressão é referente a uma ideologia econômica, em que se defendia a existência de um mercado livre

Inicialmente apresentávamos o interesse de realizar um estudo comparativo entre a saúde pública e a medicina previdenciária, entre os anos de 1920 a 1945 atrelados a atuação e influência do movimento sindical nesse contexto. Buscando entender a assistência pública de saúde aos indivíduos que se encontravam fora do meio urbano, e não estavam inseridos em um trabalho formal. No entanto devido à abrangência do tema e o pouco tempo destinado à monografia, delimitamos este estudo ao objetivo de analisar a medicina previdenciária entre os anos de 1920 a 1945, relacionando-a atuação do movimento sindical como um dos agentes consolidadores desse processo.

O estudo da organização da medicina previdenciária é relevante, pois nos ajuda a entender o início da conformação de uma política pública voltada para a atenção à saúde no Brasil, e as demandas reivindicadas pelos trabalhadores, que ao mesmo tempo, excluía uma grande parcela da população não inserida no mercado formal de trabalho aos direitos de saúde. Além disso, esperamos contribuir para análise e sistematização de informações sobre a assistência a saúde nesse período histórico.

O estudo busca também contribuir para o debate sobre as contradições da sociedade, em que as ações do Estado restringia à atenção a saúde aos trabalhadores inseridos em um trabalhos formal, pertencente ao meio urbano, e conseqüentemente contribuintes para o fundo de aposentadoria e pensão de sua respectiva empresa, o que o qualificava como “merecedores” de determinadas assistências, contrapondo-se a pessoas pertencentes ao mesmo território, que por não possuírem tal vínculo se encontravam excluídos da assistência à saúde.

Para tanto, realizaremos uma reflexão e diferenciação na forma de prestação da previdência, entre as décadas de 1920 e 1945, buscando discutir, sua abrangência e organização do movimento operário na gestão e contribuição financeira. .

1920: A Égide do Movimento Sindical e o Surgimento da Previdência Social.

## **1920: A Égide do Movimento Sindical e o Surgimento da Previdência Social.**

### *A égide do movimento sindical*

De acordo com Santos (1994), desde o período da abolição da escravatura até o início dos anos de 1931, houve no Brasil o forte anseio e tentativa das elites brasileiras, principalmente dos produtores agrícolas, de organizar o país segundo os moldes ideológicos *laissez faire*anos, tanto em seus aspectos econômicos como sociais. Isso porque, a pouca intervenção do Estado sobre a atividade econômica e nas questões sociais, fortalecendo a idéia de que o mercado deveria funcionar livremente, colaborava na obtenção de lucros.

Porém, essa tentativa de organizar o país nos moldes do livre comércio só se firmaram no meio urbano, principalmente em polos como Rio de Janeiro e São Paulo, devido a atuação da economia cafeeira de exportação, no cenário urbano ter ocorrido com forte processo de industrialização, as leis de mercado no meio rural terem adentraram de forma lenta, e suas relações de trabalho não terem as mesmas características presentes no meio urbano,

(...) as relações de trabalho no setor agrícola da economia jamais chegaram a se aproximar das condições da acumulação *laissez fairiana* clássica. (...) A penetração das leis de mercado na economia agrária brasileira se fez muito lentamente e em flagrante descompasso com o ritmo de implantação da ordem capitalista na área urbana.

(SANTOS, 1994,p 64)

No entanto, a realidade brasileira passava por grandes transformações, a classe hegemônica, antes em grande parte representada pelos senhores de café que tinham como atenção o sistema escravocrata, a partir da abolição da escravidão e a inserção do trabalho assalariado, passaram a ter suas atenções voltadas para o aumento da classe trabalhadora, atrelado ao aumento do número de greves, e as critica das correntes de esquerda ao sistema capitalista. No final do século XIX a situação do operário era de extrema arbitrariedade, o trabalho infantil e feminino era explorado ao máximo, recebendo os menores salários; a jornada de trabalho era de nove horas diárias, até mesmo aos sábados e nos domingos até meio dia.

“O desenvolvimento fabril estava em sua infância. O exíguo grupo capitalista organizado em oligarquia patronal, que se havia balançado à criação de fabricas... estabelecera seus cálculos sobre uma base salarial baixíssima, salário de escravo, exploração brutal do braço humilde que se encontrava em abundância no país, gente de pé descalça e alimentação parca: um punhado de farinha de mandioca, feijão, arroz, carne-seca – artigos alimentares baratos e abundantes no mercado – café adoçado com mascavo e um pouco de farinha, pois pão era artigo de luxo, bem como o leite, a carne, os condimentos, os legumes (estes últimos desconhecidos na casa do trabalhador). E quanto à moradia, estava confinado a barracões em fundo de quintal, em porões insalubres, em casebre geminados (cortiços) próximos às fabricas e pelos quais pagava de aluguel mensal 15, 20,30 mil reis. Esse proletariado febril, em grande parte feminino e constituído de mocinhas, era o preferido para a indústria têxtil, trabalhando das 6 da manhã às 7 e 8 horas da noite, com uma hora intermediária para almoço.(...)A anemia e a tuberculose faziam abundante ceifa anual...

Na indústria metalúrgica ou mecânica, o numero de menores também era predominante.(...)Com exceção de um reduzidíssimo número de técnicos(mecânicos, ferramenteiros,moldadores,fundidores), o restante era constituído de carvoeiros, alimentadores de fornalhas, fazendo serviços quase suicidas pelas bronquites, pneumonias, reumatismos que iam contraindo. “Os menores (em que se contavam rapazinhosde oito anos) eram empregados em serviços pesados, alguns incompatíveis com sua idade e sua constituição física”

(DIAS,E apud ALENCAR,et al 1994,p.286)

Devido a essa realidade, as reivindicações trabalhistas partiram pela defesa de melhores condições de trabalho, regulamentação do trabalho das crianças e mulheres, o aumento de salários e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas.A principio os trabalhadores tinham como iniciativa a tentativa de diálogo com os patrões ou com o governo, não havendo respostas partir-se para greve.

Desde o final do século XIX e inicio do século XX, as manifestações e organizações trabalhistas, ocorrem em grande escala, tendo enorme visibilidade em quase todas as cidades fabris, sobretudo no estado de São Paulo. Segundo Santos (1994), entre os anos de 1917 e 1920 ocorreram, somente nesse estado, 107 greves operárias, isso porque a quantidade de operários representava 15% da população trabalhadora.

A greve mais famosa – pois se tornou geral – foi a que ocorreu entre os dias 12 e 15 de julho de 1917, contando com a participação de 45.000 trabalhadores. A greve iniciou na fabrica Crespi, na Mooca, um bairro operário. A principio a paralisação dos empregados foi devido à tentativa da empresa em prolongar o horário noturno de trabalho, mas depois aproveitaram o momento para reivindicarem pela melhoria das condições de trabalho e

aumento dos salários. Tal greve levou a total paralisação das ruas do centro da cidade e dos bairros operário, conseguindo a adesão de trabalhadores de outras empresas.



Figura 1 : Greve de 1917.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=28793>



Figura 2 ; Organização de uma das primeiras greves no Barsil.Fonte:

<http://sierradeltagolf.blogspot.com.br/2011/05/movimento-operario-ate-1920-no-brasil.html>

Cabe destacar que “a maioria dos empregados trabalhavam nas grandes indústrias de alimentos e tecidos, situadas, em São Paulo, nos bairros da Mooca, Brás e Barra Funda, onde também residiam. No Rio de Janeiro as primeiras fabricas instalavam-se em São Cristovão, antigo bairro imperial, no centro da cidade, em áreas decadentes como a Gamboa; em bairros

da zona norte (Andaraí, Tijuca, Vila Isabel) e da zona sul (Gávea, Laranjeira) bem como em áreas rurais e do subúrbio, como em Bangu”. (ALENCAR, et al 1994, p.285)

A superexploração de trabalhador no sistema capitalista da época ocorreu devido a duas razões:

A primeira, devido à falta de leis trabalhistas e assistências sociais que garantissem a classe operaria a sua não exposição à exploração da oligarquia empresária, somado a dificuldade, num primeiro momento, de se organizar. Isso devido, as diferenças entre os trabalhadores, tanto nos aspectos técnicos, quanto culturais, a concorrência imposta pelo mercado, fazendo com que os trabalhadores não se enxergassem como pertencentes a uma mesma unidade e realidade e por fim ao autoritarismo e pressão da classe hegemônica.

A segunda razão foi que, com o advento da introdução relativamente rápida da mecanização no processo industrial, principalmente no ramo têxtil e de alimentos ocorreu no campo econômico o processo de desvalorização e barateamento do trabalhador. Ocasionalmente com isso um processo de desemprego estrutural e diminuição do grau de qualificação do operário, sua função agora era somente “aperta parafuso”. Em resumo, com a pouca utilidade do trabalhador, já que o conhecimento do processo de trabalho que antes era seu agora é desenvolvido por máquinas e a grande oferta de mão de obra existente no mercado, a burguesia passa a se encontrar em uma condição favorável, ditando assim, as regras do jogo, os salários serão cada vez mais baixos, maiores serão as horas de trabalho e piores serão as condições de higiene e salubridade nas fábricas.

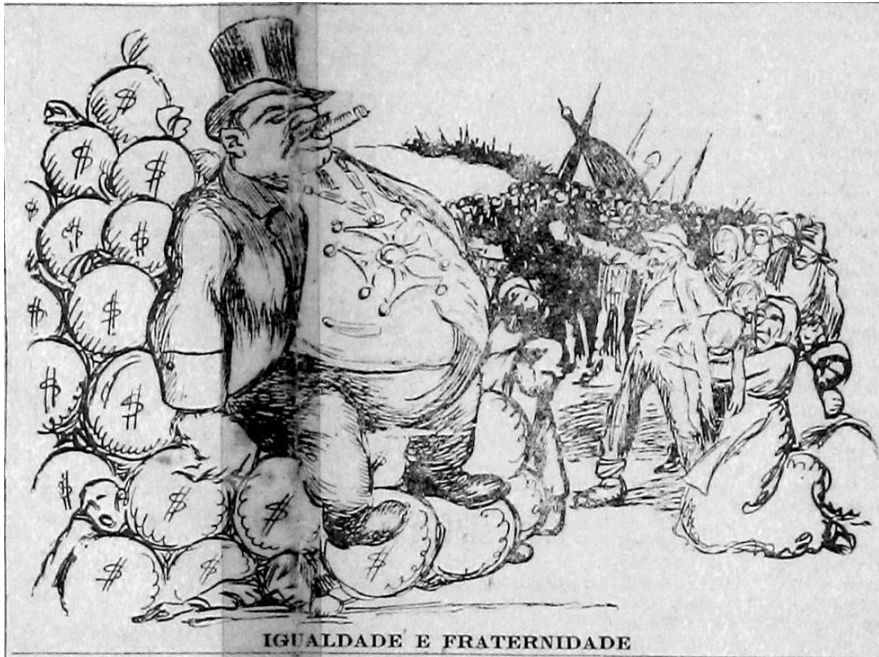


Figura 3: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=28793>

O proletariado, sem nenhuma assistência por parte da burguesia e do Estado, passa a se organizar criando caixas beneficentes de associações de socorro mútuo, com fins de assistência. Entretanto, aos poucos começam a perceber que somente isso não mudava a realidade de exploração ao qual estavam inseridos. No início do século XX começam a fundar jornais com discursos voltados para o trabalhador como foi o caso de *A Voz do Povo* (1890), *Espartacus* (1919), *Gazeta Operaria* (1902), *A Voz do Trabalhador* (Entre 1908 e 1909) etc e as ligas e os sindicatos de resistência com propósito de conscientiza e mobilizar a classe trabalhadora contra a burguesia e em alguns momentos o governo.

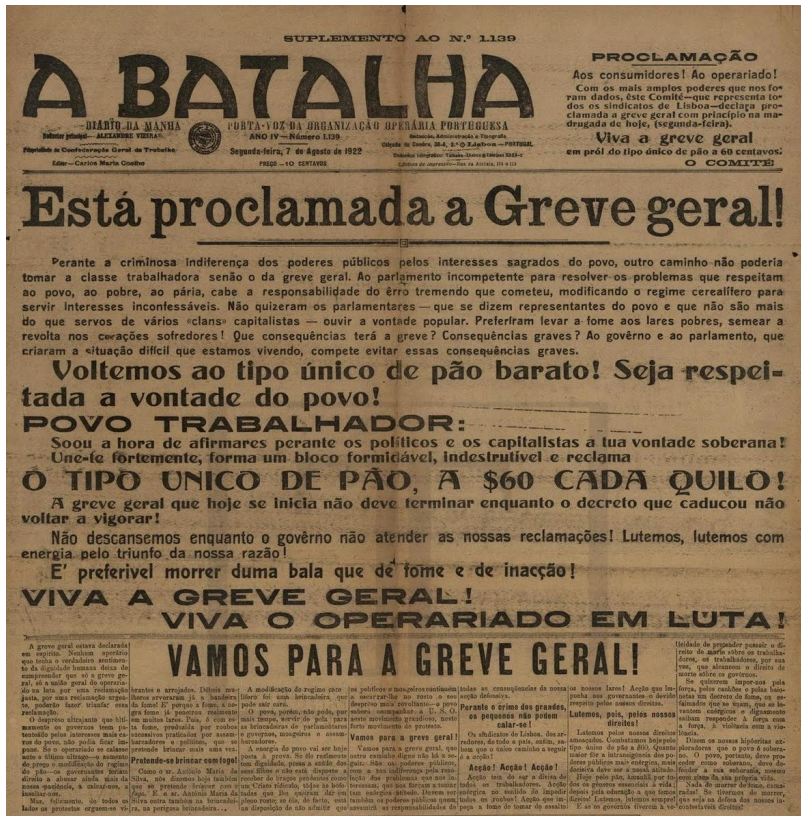


Figura 4 : <http://fernandomartins6511.blogspot.com.br/2012/03/greves.html>

Em 1903 ocorre a primeira greve geral no Rio de Janeiro e três anos depois em São Paulo por ferroviário que protestavam contra a diminuição dos salários. É nesse período que ocorre o I Congresso Operário Brasileiro, onde é criada a Confederação Operaria Brasileira que tinha como proposta de luta: a redução da jornada de trabalho para oito horas, a regulamentação do trabalho, o estímulo a sindicalização, dentre outras coisas.

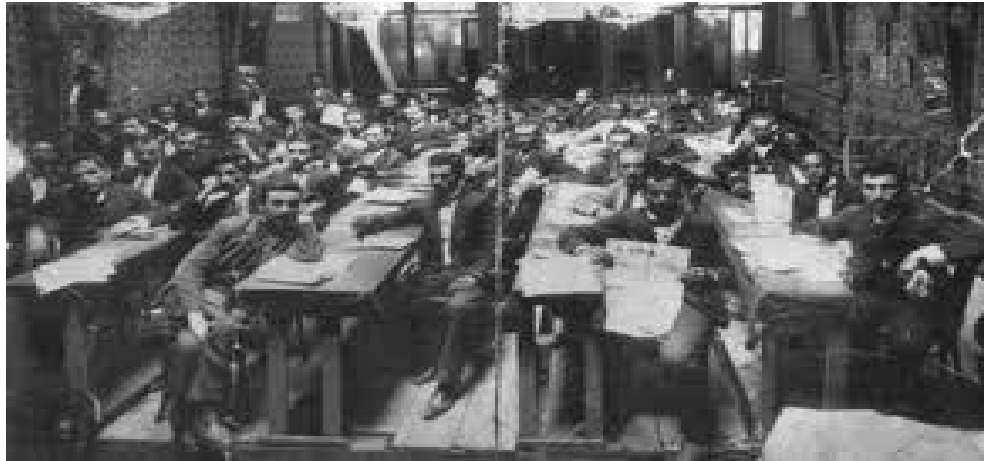


Figura 5: I Congresso Operário Brasileiro.

Fonte: [http://neo-envolvimento-humano.blogspot.com.br/2008\\_07\\_01\\_archive.html](http://neo-envolvimento-humano.blogspot.com.br/2008_07_01_archive.html)

Nesse cenário existiam três correntes ideológicas principais do proletariado, que exerceram grande papel de formação e consolidação da classe trabalhadora.

A primeira fundada em 1902, no Rio de Janeiro, consistia em um movimento reformista com inspiração socialista, que visava à criação de leis favoráveis a vida dos trabalhadores através da garantia de serviços médicos gratuitos, educação, regulamentação do trabalho da criança e da mulher, dentre outras coisas. O movimento tinha como objetivo a criação de uma sociedade socialista de forma gradual, e para tal, faziam uso da luta parlamentar, buscando a criação de um partido dos trabalhadores.

Devido a essas características, os socialistas passaram a ser uma referencia de luta para os trabalhadores em greves como nos anos de 1902 e 1903. Entretanto, devido o engajamento nas ações contra a vacina obrigatória, foram altamente reprimidos, tendo como trajetória de luta somente dois anos.

Através do I Congresso Operário no Rio de Janeiro, entra em cena em 1906 a segunda corrente, os anarquistas, que segundo Gomes (2003) até o ano de 1920, ou seja, durante um período de quatorze anos, foi a corrente que intensificou a luta do movimento operário. Um exemplo disso foram as inúmeras greves entre 1906 e 1907 e a criação de escolas liberais e de jornais, como O Livre Pensador, a Voz do Povo, A Terra Livre, entre outros, que serviam para além da difusão da luta econômica, também para expor e denunciar o Estado, a Igreja, o Parlamento e os empregadores.

Segundo Antunes (2003), o que diferenciava os anarquistas dos socialistas, é que esses visavam somente à luta sindical através de uma ação direta e dentro das fábricas, não entendiam a luta política como algo importante ao movimento operário e rejeitavam ideias de criação de um partido dos trabalhadores.

Outra questão sobre os anarquistas, é que esses também eram contrários a centralização do movimento operário. Segundo eles, cada categoria deveria se organizar em sindicatos, no intuito de lutar contra o patronato. A atuação dos sindicatos a partir de um órgão central daria brecha para a imposição de normas e condutas.

Alguns autores e livros didáticos usualmente apontam que os anos de 1919 e 1921, como marco inicial do declínio do movimento anarquista, visto a sua incapacidade política, entretanto, de acordo com Gomes (2005) é preciso que analisemos essa questão com cuidado, pois o movimento anarquista até o momento de sua extinção sempre foi marcado por grandes movimentações:

Se o problema é entender melhor as características desta conjuntura do início dos anos 20, é preciso desde logo assinalar que os anarquistas não se encontravam esfacelados ou agonizando no interior dos sindicatos. As dificuldades de arregimentação e os debates em torno do vigor e do verdadeiro sentido da tática sindicalista continuavam intensos e demonstravam as fragilidades permanentes com que os anarquistas se defrontavam. Mas os anos de 1919 e 1920 foram de grande movimentação, tendo sido marcados não só por manifestações públicas de valor propagandístico, como também por uma presença na organização sindical carioca

(GOMES,2005,p 139)

Segundo Gomes (2003), o que realmente levou o fim do movimento anarquista foi a crescente e forte, repressão à, suas organizações, tanto por parte do governo - com a criação de projetos que visavam a expulsão de imigrantes, tornado o anarquismo um crime, um exemplo disso foi o projeto Adolfo Gordo - quanto pela política de aliança entre setores da elite, o patronato, a igreja, políticos, intelectuais e a polícia, no intuito de reprimir a força sindical. Essas ações de repressão ficam mais evidentes quando analisamos a fala do então presidente Washington Luís, de que “a questão social era simples caso de polícia”.

O que havia de diferente na conjuntura política que então se abria era o tipo de combate que se articulava contra o anarquismo. Aí o ponto crucial não era apenas o do aumento da violência policial que efetivamente teve um papel muito importante. O que ocorreu foi o amadurecimento de um conjunto de alianças que reunia ao lado da polícia e do patronato setores da elite política e intelectual da cidade, com franco apoio da igreja Católica. (GOMES, 2005, p.139)

A terceira corrente, o Partido Comunista Brasileiro, criado em 1922, teve forte influência dos pensamentos de Marx, Lenin e da Revolução Proletária Rússia e nasceu a partir de uma divisão ideológica dentro do anarquismo. Entretanto, Gomes (2003) critica a ideia que autores da época sustentaram de que o Partido teria surgido através de um processo de autocrítica ao movimento anarquista.

É importante entendermos que não foram somente os partidos socialistas, anarquistas e comunistas a atuar no cenário político e influenciar a massa trabalhadora nascente. Havia, em particular no Rio de Janeiro, muitos sindicatos que se dispunham a colaborar com o governo em troca do atendimento de suas reivindicações, popularmente conhecidos de sindicatos pelegos.

O proletariado e suas reivindicações, em grande maioria eram totalmente ignorados e reprimidos pelo Estado, só sendo lembrado em épocas de eleições. Em 1920, devido a pressão do movimento operário aumenta o interesse de alguns políticos sobre a questão social surgindo. Segundo Santos (1994) no Parlamento propostas de leis sociais mais efetivas. Um exemplo disso foi a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), inicialmente para os ferroviários através da Lei Eloy Chaves em 1923.

### *Surge e Previdência Social*

Antes de falarmos propriamente das características da previdência social no Brasil durante a década de 1920, é preciso entendermos o momento de seu surgimento. É consenso entre os autores que discutem o tema da previdência, que seu marco inicial ocorreu através da promulgação da lei Eloy Chaves em 1923, porém, é importante salientarmos que segundo Oliveira e Teixeira (1985), no Brasil desde o final do século XVIII já existiam tentativas de criação de instituições de natureza previdenciária, porém tais tentativas em muitos casos não resultaram em implementações efetivas.

Sendo assim, é de suma importância desenvolvermos uma discussão quanto a criação da previdência, pois assim, evitaremos o mito amplamente difundido no período Getulista, de que a previdência havia sido criada apenas no período pós 1930 através dos Institutos de

Aposentadoria e Pensões (IAPs). Segundo a lei Eloy Chaves <sup>2</sup> (decreto n.4.682, de 24/01/23/): “Cria, em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no País, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados”

Pelo que já foi dito antes e a citação do decreto a cima, as CAPs inicialmente eram destinadas aos ferroviários – estendendo-se somente a partir do decreto de 1926 - isso porque essa categoria desempenhava a importante função de escoamento e o recebimento dos produtos, sendo essa função vital para a manutenção do sistema capitalista da época. Em resumo, as CAPs de certa forma agem como uma manipulação do Estado, onde através desse benefício se evitava a formação de greves da categoria.

As CAPs asseguravam aos trabalhadores do meio urbano inseridos em um trabalho formal a ofertar de serviços pecuniários (aposentadoria e pensão), assistência médica, venda de medicamentos a preços populares e auxílio funeral, entretanto, tais ofertas - como determinava a lei Eloy Chaves - eram oriundas das contribuições mensais de 3% dos salários dos empregados, 1% da renda bruta da empresa e 1,5% da tarifa da estrada de ferro - também ficava a cargo dos consumidores a contribuição sobre as Caixas.

Essas contribuições sofreram após o artigo 3, decreto 5.109 de 1926 um pequena elevação na contribuição da empresa e dos consumidores passando de 1,5% e 3%, respectivamente, como forma de mantê-los no mesmo nível dos empregados.

Pode se perceber que a natureza da gestão das CAPs, diferentemente da que se apresentada no pós 30 através dos IAPs, se caracterizou como sendo civil e privada, ou seja, não havia uma contribuição direta por parte do Estado em seu financiamento.

A respeito de sua administração, as CAPs segundo o artigo 41 da lei Eloy Chaves, deveriam apresentar um Conselho de administração integrado por: um superintendente ou inspetor, dos empregados representando a empresa (sendo um caixa e um pagador), e mais dois empregados eleitos diretamente pelos trabalhadores a cada três anos. A partir do decreto de 1926, é criado o Conselho Nacional do Trabalho que tinha como função fiscalizar a gestão dos Conselhos Administrativos das Caixas, como também o poder de destituição de seus membros por motivos de desarmonia.

---

<sup>2</sup> Deputado de São Paulo, que propôs a criação das Caixas de aposentadorias e Pensão para as empresas ferroviárias.

Uma questão importante a ser abordado sobre a característica das CAP é sobre sua abrangência no limite de pessoas a serem beneficiadas, como mostra o artigo 9 da Lei Eloy Chaves :

“Os empregados ferroviários a que se refere o artigo 2º desta lei, que tenham contribuído para os fundos da Caixa com descontos referidos no artigo 3º letra “a” terão direito:

1º- a socorros médicos em caso de doença em sua pessoa ou pessoa de sua família que habite o mesmo teto e sob a mesma economia;

2º- a medicamentos obtidos por preço especial determinado pelo Conselho de Administração;

3º- aposentadoria;

4º- a pensão para seus herdeiros em caso de morte”

Em resumo através do primeiro artigo fica claro a questão de amplitude das Caixas, visto que não era somente o contribuinte direto o único a ser beneficiado. Entretanto, quando analisarmos as mudanças ocorridas no pós 30, veremos que essa visão abrangente das Caixas será altamente criticada e haverá a adoção de medidas de limitação das ofertas previdenciárias.

**Instaura a revolução de 1930 e o Estado Novo, e agora José?**

## **Instaura a revolução de 1930 e o Estado Novo, e agora José?**

### *Revolução de 1930*

No capítulo anterior pode-se perceber que durante a década de 1920, houve o forte predomínio das oligarquias agrárias e a falta de melhor representação social levou os setores emergentes da população urbana a reagir através de greves operárias.

No final da década, esse panorama foi agravado pelas tensões sociais, pela crise econômica e pela sucessão presidencial. Houve a ruptura das grandes oligarquias, dessa ruptura nasceu a Aliança Liberal, cuja representação tinha Minas Gerais, Rio Grande do Sul e a Paraíba, tendo como apoio, setores da burocracia militar e civil, a classe média e grupos indústrias, se configurando com um grupo bastante heterogêneo.

Segundo Faustos (1999), essa a Aliança tinha como programa a aplicação de medidas de cunho social e a valorização da produção nacional:

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo discordava nesse ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e a aplicação das leis de férias. Em evidente resposta ao presidente Washington Luís, que afirmava ser a questão social no Brasil uma questão de polícia

(FAUSTO, 1999, p.320)

De acordo com Fausto (1999) para competir contra a oligarquia cafeeira do Partido Republicano Paulista, a Aliança Liberal, lançou como candidato a presidente o governador gaúcho Getúlio Vargas, porém esse foi derrotado pelo candidato da oposição, Julio Preste. “Entretanto, o assassinato de João Pessoa, governado da Paraíba e candidato a vice de Getúlio - por motivos pessoais – mudaria essa realidade, criando um clima de tensão no dia 3 de outubro de 1930.”

O assassinato de João Pessoa na Paraíba, em conseqüências de luta entre os grupos dominantes locais, foi um pretexto para o golpe. No dia 3 de outubro de 1930, tropas gaúchas, sob a chefia do tenente-coronel Góes Monteiro, de estrita confiança dos

gaúchos, iniciaram a marcha para a capital. No Nordeste, os revoltosos tomaram a maioria dos estados, enquanto uma terceira frente partiu de Minas para São Paulo, onde houve resistência até chegar a notícia da deposição do presidente Washington Luiz por uma junta militar formada pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo Almirante Isaías de Noronha. A junta tentou, sem êxito, manter-se no poder, logo assumido por Getúlio Vargas, presidente revolucionário e provisório.

(ALENCAR, et al, 1994, p302)

Em direção ao Rio de Janeiro, sede do governo federal, sob a direção de Getúlio Vargas partiram duas colunas, uma da Paraíba chefiada pelo major Juarez Távora, a outra do Rio Grande do Sul, comandada pelo general Miguel Costa e pelo tenente-coronel Góis Monteiro.



Figura 6 : Vargas, ao chegar no palácio do Catete. Fonte:  
[http://jchistorybrasil.webnode.com.br/album/galeria-de-fotos-primeira-republica-ou-republica-oligarquica-1889-1930-/revolucao%20de%201930%](http://jchistorybrasil.webnode.com.br/album/galeria-de-fotos-primeira-republica-ou-republica-oligarquica-1889-1930-/revolucao%20de%201930%20)



Figura 7 : Vargas e Osvaldo Aranha na sacada do palácio do Catete. Fonte:  
<http://ultimosegundo.ig.com.br/revolucao1930/brasil+vive+sonho+de+1930/n1237772790085.html>

### *Governo Provisório*

A chegada de Vargas ao poder durante a década de 1930, em um governo tido como provisório, deu início em vários aspectos a uma nova fase da história brasileira. A sociedade passou por profundas transformações modernizadoras, a principal delas, foi a perda do poder das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, que durante três décadas dominara o período republicano, com a política do *café com leite*.

(...)podemos dizer que, a partir de 1930, ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais, os 'carcomidos da política' como se dizia na época. Subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais. Muitos, a começar pelo

próprio Getúlio, já tinham começado uma carreira vitoriosa, no interior da antiga ordem

(FAUSTO,1999,p327)

Após assumir o governo, Vargas se distanciou do programa que antes havia sido apresentado pela Aliança Liberal. Adiou o compromisso da criação de um salário mínimo e não estabeleceu um regime democrático, ao contrário, ao invés disso dissolveu o Congresso Nacional, reduzindo a autonomia do legislativo estadual e municipal e do poder judiciário. Centralizou todas as decisões econômico-financeiras e políticas do país e reduziu a autonomia dos estados destituindo seus governadores colocando em seus lugares delegados.

O Governo Provisório, com um ministério formado por representantes das forças vencedoras, tinha dois problemas fundamentais para resolver; acabar com a crise econômica e criar um sistema político que lhe assegurasse condições de governar.

As primeiras decisões, objetivando a centralização política e o fortalecimento do Estado, atingiam em cheio a autonomia da oligarquia paulista. O Governo fechou o Congresso, os legislativos estaduais e os partidos políticos. Nomeou os chefes de tenentismo interventores nos estados e aumentou o poder de ação do Estado na economia, criando conselhos técnicos autorizados a interferir em cada ramo da produção.

(ALENCAR,et al,1994,p302)

A respeito da economia cafeeira, Vargas procurou reduzir a oferta de mercado internacional e evitar que os preços caíssem mais ainda. Ordenou a erradicação de cafeeiros e a queima de oitenta milhões de sacas de café. Desvalorizou o câmbio, o que favorecia os exportadores (pois eles receberiam mais cruzeiros pelo pagamento de suas exportações) e buscou novos mercados.

Muitas das medidas tomadas por Getúlio no plano econômico-financeiro não resultaram de novas concepção, mas das circunstâncias impostas pela crise mundial. Na área dos negócios cafeeiros, um decreto de fevereiro de 1931 estabeleceu que o governo federal compraria todos os estoques existentes no país em 30 de junho de 1931, ao preço mínimo obtido em 1930. O preço foi conveniente apenas para os banqueiros que haviam financiado parte dos estoques. (...) Mas o problema de fundo subsistia: que fazer com a parte dos estoques atuais e futuros que não encontravam colocação no mercado internacional? A resposta surgiu em julho de 1931: o governo compraria o café com a receita derivada do imposto de exportação, e do confisco cambial, ou seja, de uma parte da receita das exportações, e destruiria fisicamente uma parcela do produto. (...) A destruição de café só terminou em julho de 1944. Em treze anos, foram eliminados 78,2 milhões de sacas, ou seja, uma quantidade equivalente ao consumo mundial de três anos.

(FAUSTO,1999,p 340)

Diante dessa política de centralização adotada pelo governo, setores das oligarquias tradicionais, cuja base econômica, social e política ainda era forte, já conspiravam em 1931. Preparavam um levante militar para derrubar o governo e retornar à situação anterior. Reclamavam da centralização excessiva, da intransigência, do autoritarismo e do favorecimento a indústria.

Entre julho e setembro de 1932, em São Paulo, surge a chamada Revolução Constitucionalista. Entretanto, a velha oligarquia rural não possuía mais forças para ter de volta seu antigo domínio. Assim, embora derrotando o levante paulista, Getúlio teve que convocar eleições para a Constituição e conciliar-se com as mesmas elites agrárias, os burocratas e os militares que derrubara em 1930.



**Figura 8** : Três propagandas em favor da Revolução de 1932. Fonte: <http://mestresdahistoria.blogspot.com.br/2012/07/conheca-os-aspectos-da-revolucao.html>

A partir de 1933 intensificaram-se as agitações operárias e populares, as demonstrações fascista da Ação Integralista Brasileira (AIB) e as manifestações da Aliança Nacional Libertadora (ANL), agrupando comunistas, socialistas e democratas.

Foi em meio a essa disputa que ocorreram as eleições de 1933 para formação da Constituinte. A nova Constituição foi promulgada em julho de 1934, ao mesmo tempo em que Vargas era eleito presidente pela Constituinte.

A escolha de Vargas para a presidência permitia-lhe manter o poder e continuar reforçando o Estado, conforme o modelo que tinha em mente. Mas o funcionamento do Congresso com a aprovação da nova constituição impunha-lhe limitações.

Getúlio, na verdade, queria um Estado centralizador, intervencionista, nacionalista, autoritário e populista, que pudesse dirigir os negócios públicos, servir de árbitro para os conflitos da sociedade e controlar os movimentos sociais, os meios de comunicação e os intelectuais. As resistências o aborreciam. Em sua opinião, para construir tal tipo de Estado, a constituição de 1934 era um obstáculo ao congresso, um estorvo.

Por outro lado, com medo do comunismo, as oligarquias e outros setores conservadores estimulavam o fascismo e apoiavam a endurecimento do regime. Sensível a isso, Getúlio assumiu o comando da guerra interna contra o comunismo. Fechou a ANL e reprimiu a intentona comunista de 1935 com brutalidade. Ao mesmo tempo, namorava o fascismo italiano e o nazismo alemão. Deu cobertura ao movimento integralista e, através de seu chefe de polícia, Filinto Müller, transformou os integrantes em auxiliares da perseguição e da repressão aos adversários políticos.

Entretanto, Getúlio e o alto comando das Forças Armadas não se contentaram nem mesmo com a aprovação do estado de guerra e do Tribunal de Segurança Nacional. Os militares, principalmente, queriam medidas ainda mais duras. Desejavam leis extraordinárias que permitissem expulsar comunistas e submeter toda a sociedade. Sua estratégia, defendida pelo general Góis Monteiro e pela maioria dos chefes militares, era intensificar a ação controladora do Estado. Nessas condições, o golpe do regime seria dado pelas Forças Armadas, Com Getúlio sem Getúlio ou contra Getúlio.

### *Estado Novo*

Ao aproximar-se a eleição 1938, Vargas tramava a sua continuidade e as Forças Armadas conspiravam por uma ditadura. No final de 1937, foi encontrado o pretexto para o golpe: um suposto Plano Góis, pelo qual os comunistas pretendiam pelo capitão Mourão Filho, do grupo integralista do Exército, que o entregou a Góis Monteiro, chefe do Estado maior, que transformou a falsificação em versão oficial.

10 Em de novembro de 1937, tropas cercaram e fecharam o congresso. Getúlio anunciou pelo rádio uma nova Constituição e a instauração do Estado Novo. Não houve nenhuma reação, pois medidas vigentes desde novembro de 1935 impediram toda e qualquer contestação.



Figura 9 : Getulio anunciando a criação de uma nova Constituição, para a manutenção de seu governo.  
Fonte: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=24476>

O golpe de 37 resultou de um movimento dos chefes militares e de Vargas, com a sustentação das elites brasileiras, que queriam ordem e tranquilidade, o que fez que o país atravessasse oito anos de estagnação política. A constituição de 1937 nunca foi submetida a referendo popular, e o congresso jamais se reuniu, os estados voltaram a ser governados por interventores, e as Assembleias estaduais não funcionaram todo esse tempo. Foram suspensos os direitos de reunião e de opinião e as garantias individuais e a população era impedida de organizar-se, reivindicar direitos ou manifestar-se de forma autônoma.

Naturalmente, foram os comunistas os mais visados pela ditadura varguista. Centenas de militares e simpatizantes foram presos e condenados em todo o país. A maioria ficou encarcerada no presídio da ilha Grande, no litoral do Rio de Janeiro.

Mas toda oposição, inclusive a liberal e democrática, foi duramente perseguida e reprimida pela ditadura do Estado Novo. Até mesmo os antigos aliados, como os integralistas foram enfrentados e derrotados na tentativa de golpe de 1938. Para maior segurança do regime, foi fortalecida a policia secreta encarregada de vigiar e reprimir os opositores, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela publicidade favorável ao governo e pela censura a jornais, revistas e outras publicações.

Além da repressão político-ideológica, o Estado exerceu a repressão racial, atingindo particularmente os imigrantes judeus e japoneses. Símbolo dessa repressão foi o caso de Olga Benário (mulher de Luís Carlos Prestes), de origem judaica, entregue as autoridades da Alemanha nazista.

Com a oposição paralisada e a imprensa bloqueada, o regime, sem controle público e sem critica interna, acabou por se corromper. Tornou-se incapaz de impedir as negociatas e o tráfico de influencia de seus membros e dirigentes.

Ideológica e politicamente, o Estado Novo orientava-se para uma aliança com os países do eixo nazifascista. No entanto, em pouco tempo viu-se envolvido pela Segunda Guerra Mundial, sendo levado a outros caminhos.

### *Fim do Estado Novo*

Segundo Fausto (1999) O fim do Estado Novo tem intima relação com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial visto a contradição do apoio do país na luta a democracia sendo que o mesmo se encontrava em uma ditadura. Com isso, em 24 de outubro de 1943 foi realizada uma Manifestação dos mineiros com o franco apoio de membros da elite no sentido de implantar no Brasil um regime democrático.

Os problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho as divergências no interior do governo. Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar a FEB à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar

a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas.

Os conspiradores articulavam a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, fundando a União Democrática Nacional (UDN), reunindo setores da oposição conservadora.

Os comunistas, por sua vez, calculavam que a eleição presidencial antes da nova constituição, manteria no poder as mesmas elites. Em sua opinião, os conspiradores da UDN não pretendiam permitir o acesso popular ao poder. Por isso, aliaram-se à campanha por uma Assembleia Nacional Constituinte, mesmo com Vargas no governo.

No meio dessas disputas, Getúlio procurava safar-se do golpe e ao mesmo tempo, controlar o crescimento do movimento popular e dos comunistas. Lançou Dutra à presidência e fundou o Partido Social Democrático (PSD), rachando a coligação golpista. Por outro lado, curvou-se à campanha popular pela anistia, libertando os presos políticos e legalizando a ação dos comunistas e esquerdistas. Em fevereiro de 1945 Vargas assinou o Ato Adicional, revogando os artigos autoritários da Constituição de 1937 e marcando a eleição presidencial.

### *O novo modelo de repressão do movimento sindical*

Como foi exposto no capítulo anterior, durante a década de 1920 foram feitas várias tentativas com o intuito de regulamentar o processo de trabalho, entretanto tais atividades não tinham um efeito prático nem efetivo.

Desde início a Aliança Liberal tinha como programa a exigência de melhorias sobre as questões sociais dos trabalhadores como o salário mínimo, a jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho das crianças e mulheres, etc. Visava adotar medidas que reprimissem as reivindicações dos movimentos operários por melhores condições de trabalho e convenceu-os a apoiar o governo.

A partir do início do Governo Provisório de Getúlio Vargas, houve a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e a instituição da jornada diária de trabalho de oito horas, a criação da lei de férias e a criação de um salário mínimo que atende-

se as necessidades de sobrevivência do trabalhador e a obrigatoriedade da emissão da carteira de trabalho.

Como discute Fausto (1999) além dessas leis de proteção do trabalhador, houve também a criação de medidas de enquadramento dos sindicatos pelo Estado, com a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento (órgãos que tinham como função mediar conflitos entre os trabalhadores e o patronato) e a Lei de sindicalização, que obrigava a filiação dos sindicatos ao MTIC para serem reconhecidos como tal pelo Estado e assim terem direitos ao fundo sindical e leis trabalhistas. O governo tomou para si o papel de controlar a vida sindical e tinha como prática enviar funcionários do ministério para as assembleias operárias, com intuito de fiscalizar tais reuniões.

Ricardo Antunes (2003, p. 47) ressalta que até meados dos anos 30 os operários resistiram à manipulação do Estado, não se submetendo as legislações sindicais e as normas oficiais impostas pelo governo,

Entretanto, segundo Alencar; et al(1996), é a partir de 1935 que a intervenção nas questões sindicais se intensificou. Tendo como inspiração a Carta Del Lavoro do regime fascista italiano, o governo iniciou a reorganização do movimento operário por meio da caracterização dos sindicatos como órgão de colaboração do Estado. Para isso, Vargas dissolveu antigas diretorias, e em seus lugares indicou homens de sua confiança, determinado que as atividades sindicais se limitassem a práticas assistencialistas e recreativas e a fixação através de uma lei de 1939, que fixava a existência de um sindicato por categoria profissional.

Segundo Fausto (1999), outro instrumento de manipulação sobre os trabalhadores criados pelo Estado Novo, foram os impostos sindicais, onde todo trabalhador deveria pagar anualmente um imposto correspondente a um dia de trabalho, que seria destinado aos sindicatos e aos gastos governamentais.

Outra questão que se verificou e foi amplamente utilizada após 1930, foi a adoção da relação entre cidadania e ocupação, que Santos (1994) chama de “Cidadania Regulada”. Em outras palavras, durante esse período, os indivíduos que se caracterizavam como cidadãos para o governo e conseqüentemente tinham direitos sociais eram aqueles que estavam

inseridos no meio urbano e em um trabalho regulamentado pelo Estado, logo os trabalhadores rurais e os do meio urbano que não se encontravam efetuados em trabalho “regular” eram considerados pré cidadãos.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade

(SANTOS,1994,p68)

### *Previdência Social*

Após 1930, o sistema de previdência implantado no Brasil, irá se distinguir do sistema implantado ainda durante a República Velha com as Caixas de Aposentadoria e Pensões, a começar pela mudança na forma de organização dos Instituto de Aposentadoria e Pensões. Conforme discutido anteriormente, durante o período Vargas os sindicatos possuíam uma lógica corporativa, sendo assim, só se conseguia a implantação de um sistema previdenciário em suas empresas se possuísse uma filiação direta com o MTC .

Assim como as CAPs, a administração dos IAPs também seguia e respondia a lei Eloy Chaves. Entretanto, diferentemente do modelo de previdência prestado durante a década de 1920 que tinham como característica um padrão elevado nas despesas totais chegando a corresponder a 65% da receita, o modelo ofertado entre os anos de 1930-1945 irá apresentar uma queda nos gastos com segurados, atingindo uma despesa total de 30% com isso podemos perceber que houve nesse período uma perda do caráter prodigo antes adotado na década de 20.



Figura 10 : Prédio do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários em Fortaleza.  
Fonte: <http://fortalezaemfotos.blogspot.com.br/2010/09/praca-waldemar-falcao.html>

Uma das explicações para a queda nas despesas irá em partes, ser devido ao aumento maciço e rápido da massa segurada ao sistema, esse crescimento de segurados originou a curto prazo um aumento mais acentuado na receita do que na despesa, esse fenômeno ocorreu principalmente com relação aos benefícios pecuniários, devido é claro ao grande intervalo de tempo existente entre a entrada do associado na instituição e ocorrência do evento que originou o pagamento dos benefícios. Porém, como apontam Jaime de Oliveira e Sonia Teixeira (1985,p .60) a queda nas despesas em grande parte será devido a política de restrição adotada nesse período.



Figura 11 : Fila aposentados no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes em Fortaleza.  
Fonte : <http://laprovitera.blogspot.com.br/2011/09/fila-dos-aposentados.html>

Novamente diferentemente do modelo adotado entre a década de 20, o sistema de previdência do período Varguista em nada terá de abrangente, na medida em que começará a ser pensado em que consistiria o verdadeiro dever da Previdência, em outras palavras passa a ser discutida a questão da assistência médica, pois ao ver dos atuários era dever do Instituto somente a prestação de aposentadoria e pensões, excluindo assistência médica. Outra questão que sustentará a ideia de mudança da previdência nesse período será a sua forma de financiamento, visto que nos IAPs além da contribuição dos empregados e dos empregadores havia também com a contribuição da União.

## **Análise comparativa dos períodos de 1920 e 1930**

## **Análise comparativa dos períodos de 1920 e 1930**

No primeiro capítulo ao analisarmos a organização social entre a República Velha até o início dos anos 20, pode-se perceber que tal período se constituiu em uma postura baseada nos princípios do liberalismo econômico a cerca da problemática sócias e trabalhistas. Em respostas a essa postura de omissão adotada pelo Estado, o movimento operário sindical começa a assumir uma crescente organização e importância no cenário urbano, apesar das dificuldades encontradas.

Sendo assim, ficou claro que a característica de abrangência e esbanjador do primeiro período da Previdência Social que se estabeleceu entre os anos de 1923 a 1930, as CAPs, nasceu como resposta do Estado às agitações dos sindicatos.

No segundo capítulo, entretanto, a partir do início do período Vargas, mas especificamente, durante o ano de 1935, período de intensificação da repressão, percebe-se que por meio do forte controle e coação por parte do Estado, os sindicatos encontraram-se em um momento de maior dificuldade para se organizarem, não que, não tenha existido, porém quando comparado à década anterior nota-se uma significativa diminuição.

Já o modelo previdenciário que se estabeleceu nos anos de 1930 até 1945, os IAPs se caracterizou como contencionista a cerca das despesas e menos amplo no direito a quem poderia ser associado.

Com tudo que foi estudado, comprando os dois períodos tratados no que diz respeito à questão do movimento sindical percebe-se que durante a década de 1920, o movimento possuiu certa autonomia frente ao Estado e uma maior capacidade de organização em favor as suas demandas, diferentemente do início dos anos de 1930, onde se observou um movimento mais coagido e contido pelo governo, esse fato fica mais evidente quanto constatamos as inúmeras greves e jornais elaborados pelos trabalhadores, mesmo com a forte repressão do Governo.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

- ALENCAR, Francisco; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venicio. **Historia da Sociedade Brasileira**. 13ªed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996. p 277-344
- Antunes, Ricardo. **O que é Sindicalismo**. 2 reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2003. p 80
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999
- Gomes, Angela Maria de Castro. **A Invenção do trabalho**. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p 129 – 205
- Mattos, Marcelo Badaró. **O Sindicalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p 10
- \_\_\_\_\_. **Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro : Mundos do Trabalho**, Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, 2009.
- MELLO, Carlos Gentile de. **Saúde e assistência médica no Brasil**. São Paul: CEBES, 1977. p 53-139
- \_\_\_\_\_. **A medicina e a realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983. p 31
- Minayo, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p 108

— OLIVEIRA,Jaime Antônio de Araujo; TEIXEIRA,Sonia Maria Fleury.**(Im)previdência social: 60 anos de história de previdência no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes,1985.Cap 1 e 2

— PONTES,Carlos Fideles; FALLEIROS, Ialê(Org.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história.** Rio de Janeiro: Fiocruz/COC;Fiocruz/EPSJV,2010.p75-149.

— SANTOS, Wanderley Guilherme dos.**Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira.**3ed.Rio de Janeiro:Campus,1994.p 13 – 72